

A memória dos “atingidos” pela hidrelétrica de Tucuruí (Pará, Brasil)¹

Memorias de los “afectados” por la central hidroeléctrica de Tucuruí (Pará, Brasil)

The memory of those “affected” by the Tucuruí hydroelectric plant (Pará, Brazil)

AUTOR

José Carlos Matos Pereira*

jcpmatos@gmail.com

* Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Pesquisador do Programa de Memória dos Movimentos Sociais no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MEMOV/CBAE/UFRJ, Brasil).

RESUMO:

O artigo aborda da luta do Movimento dos Expropriados pela hidrelétrica de Tucuruí que, nos anos de 1970-1980, resistiu frente à ação do Estado e do capital demandantes de energia para os grandes projetos na Amazônia brasileira. Dessa forma, apresenta-se, do ponto de vista dos atingidos, os fatos ocorridos naquela época. Trata-se de um trabalho sobre a memória desse movimento, constituído a partir de depoimentos, documentos, matérias de jornais e levantamento fotográfico, que tem por objetivo trazer as lutas, resistências e as dificuldades dos “excluídos da história”, silenciados pelo poder hegemônico e penalizados pela implantação deste empreendimento. A análise permitiu recompor um pedaço da história silenciada por muitas décadas, contribuindo no questionamento da “hierarquia de credibilidade” e propiciando, por meio da pesquisa, o direito à voz destes sujeitos.

RESUMEN:

El artículo aborda la lucha del Movimiento de Expropiados por la central hidroeléctrica de Tucuruí, que, en los años 1970-1980, resistió a la acción del Estado y del capital que demandaban energía para los grandes proyectos de la Amazonia brasileña. Así, se presentan los hechos ocurridos en aquella época, desde el punto de vista de los afectados. Se trata de un trabajo que busca rescatar la memoria de ese movimiento a partir de testimonios, documentos, artículos periodísticos y registros fotográficos, con el objetivo de acercar las luchas, la resistencia y las dificultades de los “excluidos de la historia”, silenciados por el poder hegemónico y penalizados por la implantación de ese emprendimiento. El análisis realizado ha permitido recomponer una parte de la historia silenciada durante décadas, contribuyendo al cuestionamiento de la “jerarquía de credibilidad” y propiciando, a través de la investigación, el derecho a la voz de estos sujetos.

ABSTRACT:

The article deals with the struggle of the Movement of Expropriated for the Tucuruí hydroelectric plant, which, in the years 1970/1980, resisted the action of the State and energy-demanding capital for the large projects in the Brazilian Amazon. Thus, from the point of view of those affected, the facts that occurred at that time are presented. It is a work of memory which, based on testimonies, documents, newspaper articles and photographic survey, aims to bring the struggles, resistance and difficulties of the “excluded from history”, silenced by hegemonic power and penalized by the implantation of this venture. The analysis made it possible to recompose a piece of history silenced for many decades, contributing to the questioning of the “hierarchy of credibility” and providing, through research, the right to voice of these subjects.

1. Introdução

A vida dos moradores da região sudeste do Pará (Brasil) começou a mudar desde o anúncio do interesse do governo federal em construir uma usina hidrelétrica no município de Tucuruí. Medo, insegurança, dúvidas e incertezas povoaram a imaginação e o cotidiano dos residentes nas áreas que, possivelmente, seriam atingidas em fins dos anos 1970. Passados quase quarenta anos dos acontecimentos, pudemos analisar, por meio dessa pesquisa, fatos determinantes daquele período, através de um estudo que tomou por referência a memória dos atingidos pelo empreendimento. O que aconteceu segundo a narrativa dos atingidos? Como se deu a ação do Estado? Quais foram as formas de resistência? Quais lembranças daquele período foram silenciadas? Como acessar essas informações dolorosas para os envolvidos, mas preciosas do ponto de vista analítico?

Levamos em consideração o que assinala Pollak, que a memória proibida e clandestina, as lembranças traumatizantes confinadas ao silêncio não desaparecem, mesmo não estando presentes nas publicações oficiais, “são os ressentimentos acumulados no tempo” (1989, p. 3). Essas memórias permanecem vivas, sendo repassadas oralmente e guardadas nas lembranças de gerações. Como afirma o autor, trata-se da “resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” e que não teve a oportunidade devida de ser publicizada.

Essa possibilidade aponta na direção da valorização dos testemunhos dos sujeitos excluídos da história e da escrita que, muitas vezes, não estão convencidos da importância do relato de suas experiências, conforme analisou Joutard. Diz ele que

A memória sabe também transformar, consciente ou inconscientemente, o passado em função do presente, apresentando a tendência particular de embelezar este passado. Ela se define ainda pela capacidade de recorrer ao simbólico e por sua aptidão para criar mitos, que não são visões falsas da realidade, mas uma outra maneira de descrever o real, uma outra forma de verdade (Joutard, 2007, p. 223).

Como bem disse Pereira (2013), as memórias não são espelhos do acontecido, nem podem ser descoladas das relações sociais do contexto, mas são narrativas construídas e ressignificadas pelo sujeito que narra, estando, por isso, impregnadas pelo presente, propiciadas por reinterpretções do tempo vivido. Essas memórias remetem às lembranças ou rememoração da vida em sociedade, que se ligam aos acontecimentos do passado, sejam eles trazidos pela escrita ou contados pela oralidade de grupos sociais diversos ou pelo poder hegemônico e, assim, dizem respeito não só ao fato em si, conforme foi narrado, mas guarda também conformidade com a sua construção, reconstrução e reapropriação, que permitem não pagar os rastros daquilo que se viveu (Ricoeur, 2007).

Da mesma forma, não devemos omitir as manipulações sofridas pela memória coletiva advindas dos jogos do poder dos grupos sociais, especialmente do poder dominante, que toma para si as narrativas da vida social e controla o que deve ser lembrado, esquecido ou silenciado, como destaca Le Goff (1990), advertindo que

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff, 1990, p. 477).

PALAVRAS-CHAVE

Grandes Projetos;
Hidrelétrica
de Tucuruí;
Movimentos
Sociais.

PALABRAS CLAVE

Grandes
Proyectos;
Hidroeléctrica
Tucuruí;
Movimientos
Sociales.

KEYWORDS

Large Projects;
Tucuruí
Hydroelectric;
Social Movements.

Recibido:
11/05/2020

Aceptado:
10/11/2020

Segundo Hartog, os lugares da memória nos servem de “projeto para iluminar as temporalidades mobilizadas” (2014, p. 136), alertando para a observação das ações da atualidade que tentam apagar os erros do passado, e dar ao presente um ar de modernidade e futurismo. Para caso o estudado, na perspectiva dos setores dominantes - a energia da Amazônia para o desenvolvimento do Brasil. No cotidiano dos atingidos: dor, sofrimento e violência material e simbólica que, mesmo depois de tantas décadas, o tempo não conseguiu apagar. São as fendas do presente ocultadas dos noticiários do rádio, do jornal e da televisão.

Assim, buscamos neste estudo entender os “velhos” - atingidos pela hidrelétrica - como os “guardiões da memória”, como nomeou Bosi (1979), e por meio deles, acessar informações valiosas acerca da vida social do período estudado. Seus relatos nos forneceram elementos acerca dos usos que davam ao espaço, as formas de acesso aos recursos naturais, as relações de sociabilidades e aos construtos preexistentes antes da implantação do empreendimento e do desaparecimento de muitas localidades, bem como, de outros objetos materiais que serviram de referência ao exercício da vida cotidiana, que receberam a “marca do grupo”. Estes últimos, entendidos como os objetos familiares, que formam a moldura na qual a memória social se desenvolve e assegura a sensação de estabilidade e confiança, conforme definiu Halbwachs (1990, p. 133).

Por essa razão, apresentamos neste artigo o repertório de luta do Movimento dos Expropriados pela hidrelétrica de Tucuruí no enfrentamento com os órgãos estatais. Isto tem por base a análise documental do acervo de materiais coletados junto às entidades de assessoria da época, como a Comissão Pastoral das Terra (CPT), e de seus ex-técnicos que vivenciaram o período. Incluímos, ainda, cartas-denúncia, documentos, atas de reuniões e de negociações, jornais e panfletos coletados para o acervo da pesquisa.

No trabalho de campo² também foram entrevistados ex-assessores da Prelazia de Cametá, ex-lideranças da Comissão dos Atingidos e outros participantes da luta de resistência. Isso possibilitou acessar depoimentos e fotos de diversos acampamentos, sendo estas oriundas de arquivo pessoal, de instituições ou de pessoas que passaram pela região e registraram o acontecido naquele momento político. Foram, ainda, realizadas atividades coletivas e individuais para coletar informações da vida do lugar antes do enchimento do lago e para a construção do mapa dos “lugares da memória dos atingidos”. No momento da entrevista, recorremos ao uso de fotografias para “reavivar” a memória e recolher detalhes dos acontecimentos.

Por fim, tratamos de questões gerais que dizem respeito à implantação da hidrelétrica na região e de situações específicas dos atingidos, buscando trazer essas vozes, os lugares da memória, suas formas de organização política e as experiências vividas em momentos que aconteceram o processo de expropriação.

2. Precedentes

O ano de 1972 representa um demarcador temporal importante para o debate da energia na Amazônia brasileira. Nele se iniciam os estudos de viabilidade técnica e econômica de instalação da usina hidrelétrica em Tucuruí, no rio Tocantins, no estado do Pará, por meio do convênio celebrado entre o governo federal e duas empresas de consultorias brasileiras (ENGEVIX S.A e ECOTEC). No ano seguinte, com a criação da Eletronorte (ELN), ocorreram as negociações entre o governo federal e as empresas multinacionais japonesas ligadas à produção de alumínio e, dois anos depois, um conjunto de ações políticas, contratuais e técnicas deram suporte à construção da hidrelétrica brasileira que abrangeria os municípios de Bagre, Itupiranga, Jacundá, Marabá, São Domingos do Capim e Tucuruí, conforme decreto nº 78.659 de 01/11/1976.

Estes “grandes projetos”, segundo Castro (1995), que se constituíram na região durante a ditadura militar (1970-1980), estavam relacionados a empreendimentos e complexos produtivos que contavam com forte apoio estatal, como a implantação de infraestrutura e criação de agências governamentais de planejamento e financiamento e a concessão de terras e dinheiro público, tanto para iniciar o empreendimento, como para cobrir os potenciais riscos de fracassos. De um lado, representaram a chegada de alguns serviços necessários ao desenvolvimento das atividades econômicas nas áreas de fronteira, de outro, intensificaram as disputas e conflitos fundiários e a violência no campo.

Com a abertura das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica pelo governo federal, povoados e vilas foram se formando por migrantes pauperizados oriundos de várias regiões do Brasil em busca das terras livres do Norte, contidas nas promessas governamentais de dias melhores na Amazônia, advinda com a integração nacional. Chegaram também alguns serviços necessários ao desenvolvimento das atividades de grande escala nas áreas de fronteira. Esse avanço sobre as terras públicas, coordenada por setores capitalizados demandantes de grandes espaços para a expansão dos negócios - fazendeiros, comerciantes, madeireiros e industriais -, gerou tensões, conflitos e mortes de trabalhadores rurais, posseiros e lideranças sindicais na luta pela terra, executados por pistoleiros à mando do capital, durante a década de 1970, fato que se intensificou nos anos de 1980 nas mesorregiões do sul e sudeste do estado Pará. Se somava, nesta região, a violência sistemática do Estado diante da ameaça comunista trazida pela presença dos guerrilheiros do Araguaia ou de qualquer outra forma de luta que atentasse contra a segurança nacional (Pereira, 2013). Neste contexto, a instalação de um grande empreendimento hidrelétrico na área, agravou ainda mais a situação.

A hidrelétrica de Tucuruí, como mostrou Fearnside (2015), inundou uma área de 2.430 km², atingindo vilas, terras indígenas e vidas à montante e à jusante da barragem, deslocando milhares de famílias sem o direito à compensação devida por suas perdas. Acselrad (1991) também assinalou o deslocamento de população, o desarranjo das práticas socioculturais existentes, a dificuldade de diálogo com as organizações sociais locais, a subestimação dos impactos sobre a vida dos remanejados, a indenização insuficiente para reorganização das famílias nas áreas de reassentamento, o desrespeito ao direito de indenização de famílias e o favorecimento de práticas clientelistas de governantes. Os atingidos, por sua vez, resistiram por meio de diferentes formas de lutas. Dentre elas, a realização de acampamentos nas instalações da Eletronorte para exigir indenizações justas e reparação dos danos causados.

Apesar disso, na história oficial a UHE de Tucuruí é narrada como um empreendimento de sucesso. Em nota publicada em jornal paraense, no ano de 1985, as empresas Albrás Alumínio Brasileiro S/A, Companhia Vale do Rio Doce e Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd. esclarecem a natureza dos interesses ligados ao projeto hidrelétrico.

Entre 1963 e 1970 foram descobertas fabulosas reservas de bauxita no Pará. Primeiro na região do rio Trombetas e, depois, em Paragominas. Com elas o Brasil passou a ter a terceira maior reserva do mundo desse minério: quatro bilhões e meio de toneladas de bauxita. Três anos mais tarde, a Vale do Rio Doce começou a estudar a viabilidade de fabricar alumínio na própria região onde a matéria-prima é tão abundante. E isso se concretizou com a hidrelétrica de Tucuruí, garantindo a sua energia para os grandes projetos na Amazônia, Carajás e Albrás que está sendo inaugurado agora. (...) Isso significa desenvolvimento. Significa uma opção de trabalho e de vida para a gente do Pará. É um arco-íris apontado para o futuro do Brasil (Albrás. Um novo..., 1985, p. 5).

No entanto, esse "arco-íris apontado para o futuro do Brasil" foi seguido de conflitos e confrontos entre as populações atingidas pelo impacto das obras, mediados por expectativas de indenização e relocação que haviam sido criadas por conversas iniciais com técnicos da ELN que, incluíram, segundo a percepção dos atingidos pela barragem, promessas feitas e não cumpridas, coação, descaso e desestruturação da vida preexistente no lugar. Isso levou a um processo de descontentamento e de mobilizações localizadas, que a partir dos anos de 1980 ganharam amplitude de ação, força política e o nome de "Movimento dos Expropriados pela Hidrelétrica de Tucuruí".

3. Memória e luta política

Em abril de 1979, a Paróquia de São José da Prelazia de Cametá, por intermédio de documento-denúncia, tornou público as localidades de atuação da Igreja que seriam atingidas pela construção da hidrelétrica. Assinalando que os atingidos eram indígenas, posseiros e peões das localidades de Jabotal, Jacundá, Bacuri, Pacuruí-Funai, Breu Branco, Colônia Santa Rosa, Remansão da beira e do centro, além dos colonos recém- assentados pelo INCRA na rodovia Transamazônica (BR-230), no sentido Marabá-Altamira.

Posteriormente, foram incluídas as localidades de Rocinha, Vicinal 161, Rainha, Mocajuba margem direita e Santa Teresa do Tauiri (Informativo..., 03/05/1979).

Estes atingidos, em parte, chegaram à região, a partir década de 1950, com a migração espontânea de maranhenses que viviam nas proximidades do rio Tocantins, que se deslocavam durante o período da coleta da castanha do Pará ou na garimpagem de diamantes, e que passaram a ficar na região de Marabá, de forma mais permanente, atraídos pela grande disponibilidade de terra livre, antes mesmo da abertura da Rodovia Transamazônica. Mas, em sua maioria, desenvolviam atividades relacionadas à pequena agricultura, à busca de diamantes e à coleta da castanha, que era considerada atividade marginal, compatível com esse tipo de campesinato (Velho, 1979).

Em carta pessoal dirigida à Eletronorte, datada de janeiro de 1980, um dos atingidos faz referência ao processo de migração do Nordeste à Amazônia e as promessas do governo federal de fornecer aos agricultores recém-chegados terra, educação, saúde, estradas e lotes com infraestrutura. As peças publicitárias difundidas nos meios de comunicação falavam em “progresso”, “integração” e um futuro melhor que, no discurso do presidente Médici, expressava a proposição do governo militar: “Ao homem sem terra do Nordeste, a terra sem homens da Amazônia”. Tomando como referência as formulações de Silva (2010) podemos assinalar que o discurso oficial funcionava como um mito fundante da chegada do “progresso” e do “desenvolvimento” à região. Antes dele, atraso, preguiça, desorganização e vazio demográfico, herança da presença indígena, estigmatizados como grupos subalternos na hierarquia sociocultural nacional. Agora ameaçados de extinção e da expropriação de seus territórios diante da ofensiva das estratégias impostas por diferentes agentes demandantes de terra, créditos e incentivos fiscais.

Observou-se, contudo, a distância entre discurso e gesto, que pode ser constatada pela denúncia dos atingidos. “Foi o início de uma grande ilusão”, afirma o referido documento. Nesse momento, havia uma ofensiva da Eletronorte notificando os atingidos e impondo proibições de fazer benfeitoria nos lotes e continuar plantando. Os questionamentos dos atingidos remetiam ao tempo e valor das indenizações, ao local do reassentamento, ao tratamento desrespeitoso dado pelas empresas contratadas ou pela própria Eletronorte.

Os Vazanteiros de Itupiranga [aqueles que viviam da agricultura de vazante] demonstravam indignação diante das baixas e injustas indenizações pagas pela ELN. “Se aproveitando da ignorância do povo e da falta de organização”, diziam eles. Quando indenizados, recebiam valores de seis mil cruzeiros³ para lotes que sustentavam famílias inteiras e, por isso, solicitavam atenção ao “grito de socorro” e exigiam que não fossem tratados “como animais” ou “ignorados” (Denúncia e reivindicação..., 02/06/1982). O conjunto dos atingidos envolvia, ainda, os trabalhadores ligados à exploração artesanal da mina de diamantes; e os povos indígenas das etnias Gavião da montanha e Parakanã, que perderam a totalidade de suas terras, dentre outros grupos⁴.

Esses pedidos se somam a outras cartas e documentos analisados que demonstram o descaso da Eletronorte diante das solicitações, aflições e inquietações dos atingidos. Ressaltamos que o governo federal tomou as devidas medidas se precavendo de situações adversas que poderiam acontecer posteriormente. A criação, em 1968, do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAM) e os estudos de viabilidade técnica e econômica se anteciparam em quase uma década à reação dos atingidos, conforme Decreto nº 63.952, de 31/12/1968.

O poder de ação do Estado se fez de forma arbitrária, seja pela intimidação dos atingidos ou, em muitos casos, por ações violentas contra as organizações a ele antagônicas. Em 1977 uma investida da polícia militar e federal, na cidade de Tucuruí, resultou em espancamento e prisão de moradores, do prefeito, de vereadores e comerciantes, conforme relatou uma ex-técnica da CPT. A partir daí, o medo se instalou, o sindicato estava sob intervenção militar e nas mãos de “pelegos” que não aceitavam participar das mobilizações; a ELN jogava panfleto de helicóptero, cujo teor da mensagem, comparava o ocorrido na região com as manifestações do sindicato Solidariedade na Polônia; e ainda direcionavam seus ataques aos padres católicos engajados na luta, que eram acusados segundo a narrativa dos setores conservadores, de serem “comunistas” e “subversivos” (Ex-técnica da CPT, educadora, Brasília-DF, set. 2017).

Denúncias de setores da Igreja católica ligados à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base questionavam as arbitrariedades cometidas pela Eletronorte, pela polícia militar, por pistoleiros e por empresas ligadas à extração ilegal de madeira. O Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) - órgão resultante do processo de militarização da questão agrária na região - era acusado de tentar cooptar pessoas do movimento e da Igreja, dar apoio aos sindicalistas tidos por "pelegos", tentar dividir os trabalhadores e desmobilizar a ação pastoral. Seus atos incluíam, ainda - segundo o documento da Igreja - repressão, ameaça, prisão, desarmamento dos posseiros e perseguição dos líderes sindicais tidos como combativos. Nesse cenário de conflito, o campo da resistência também designava os seus antagonistas, como os aliados do GETAT: juízes; políticos; polícias militar, civil e federal; Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); Exército; Sucam/Fundação Nacional de Saúde (FNS); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Fundação Nacional do índio (FUNAI); Instituto de Terra do Pará (ITERPA); Prefeituras; diretorias pelegas; e grileiros (Encontro de Lavradores..., 10/12/1982).

Contudo, a partir de 1981 observamos um ponto de inflexão nas mobilizações. É referência importante deste momento, a ida de um padre da Prelazia de Cametá ao Encontro dos Atingidos por Barragens, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Juazeiro (Bahia, Brasil), no ano de 1981. A troca de experiências, ocorrida nesse Encontro, resultou no intercâmbio entre as lutas do Nordeste e da Amazônia, e na presença da CONTAG de maneira mais sistemática na região, por conta do deslocamento de uma de suas dirigentes com experiência em lutas de barragens e pautas de indenizações para apoiar os expropriados de Tucuruí.

Se olharmos com atenção a formulação da Igreja em apoio aos desalojados de Sobradinho, veremos que há uma proximidade com o que se propôs na Amazônia. É a 'experiência vivida' servindo de referência para novas lutas. Por lá, na proposição dos atingidos, constava:

- (a) Dar a cada beiradeiro uma casa igual, ou melhor, do que a dele, - na sede nova.
- (b) Dar a cada beiradeiro uma roça igual, ou melhor do que a dele, - nos arredores da sede nova.
- (c) Indenizar cada um pelas despesas de mudança.
- (d) Sustentar cada família pelo prazo de um ano, visto que esta vai perder uma safra, por causa da mudança Silva (2009, p. 252).

Em Tucuruí, na proposição do movimento constava: terra por terra, casa por casa, vila por vila, indenização justa e recuperação dos prejuízos causados pelo tempo sem plantar em decorrência da implantação da hidrelétrica (Arca..., 08/09/1982).

Seguiu-se a isto, a formação de uma equipe de apoio regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1982, ligada à Prelazia de Cametá, composta por uma técnica de mobilização e organização, um engenheiro agrônomo e um advogado, tantas vezes referenciados em entrevistas e conversas, como "personagens" (Pollak, 1992)⁵ importantes na memória dos atingidos. Estes passaram também a apoiar o surgimento de um movimento organizado em defesa dos expropriados.

O caminho encontrado para enfrentar essa situação adversa foi o de identificar as famílias prejudicadas e mobilizar os atingidos, formando comissões em Repartimento, Breu Branco, Itupiranga, Jacundá e rio Moju. Nesse momento, realizou-se também o levantamento socioeconômico e foram organizadas reuniões e assembleias para identificar as demandas e construir a pauta de negociação com a Eletronorte (Ex-técnico da CPT, agrônomo, Belém-PA, ago. 2017). O depoimento de um expropriado de "Velho" Repartimento traz os detalhes dessa aproximação:

No dia 19/02/1979, os problemas da barragem chegaram até minha casa (...) aí convivendo com o pessoal, perguntando a um e outro como estavam as coisas e tal (...) conversei com um senhor preocupado com a relocação, se Eletronorte ia dar outra casa, se ela ia indenizar, como é que ia ser a gente não sabia. Foi aí que nós procuramos a Igreja. Em Cametá, estava D. Elias Chaves, da Regional Norte II, da CPT. Daí ele fez um comunicado e entrou em contato com a Eletronorte. A Eletronorte,

na época, marcou uma reunião para o “Velho” Repartimento para explicar a preocupação do povo. (...) e eles explicaram prá nós que eles iam pagar a nossa casa, (...) ia construir uma vila com toda a infraestrutura básica. (...) Nós confiando neles e ficamos aguardando. Quando foi 1980, 1981 foi passando o tempo e ninguém falou mais nada. (...) aí montamos uma comissãozinha em Repartimento (...) nós fomos em Tucuruí [Até Serviço de Patrimônio Imobiliário/SPI] (...) e eles nos falaram que o programa da Eletronorte tinha mudado e que eles não iam mais construir a vila. Foi depois desse fato, que nós recorremos às pessoas que podiam nos ajudar (Expropriado, farmacêutico, Novo Repartimento-PA, 07/2018).

Os expropriados, segundo o ex-técnico da CPT, se queixavam das baixas indenizações e do tempo que haviam ficado sem plantar. A alternativa encontrada foi incluir na tabela de negociação “o custo cessante”, que representava o tempo que o expropriado deixara de plantar (roça, pimenta etc.) ou criar gado durante 2, 3 ou 4 anos, tempo em que foi impedido de fazê-lo pela ELN; demandou-se o reconhecimento das relações de vizinhança que asseguravam a ele ser realocado próximo a seus antigos vizinhos e a valorização da chamada “economia de quintal”, que se referia às benfeitorias do lote - plantações e pés de frutas (mamão, banana, canteiro de verduras) -, assim como ao tempo que levariam para ter as árvores frutíferas no local reassentado e a criação de animais de pequeno porte (Ex-técnico da CPT, agrônomo, Belém, Pará, 08/2017).

O levantamento das propriedades e a tabela de preço das indenizações foram feitas por profissionais contratados junto à Universidade de Brasília (UNB), que demonstravam desconhecimento sobre a realidade da região. “Nada que era nativo tinha valor”, argumenta a ex-técnica da CPT. “A justificativa era que não foram os expropriados que construíram, mas foi dado de graça pela natureza”. Dessa forma, não poderiam ser computados no valor da indenização. Esta era, para a Eletronorte, uma “economia invisível” (Ex-técnica da CPT, educadora, Brasília-DF, 09/2017).

Identificou-se no decorrer da luta que a ELN não havia feito os estudos de impacto ambiental, não tinha política de reassentamento nem habitacional. Dessa forma, não se sabia o que iria ocorrer efetivamente com o enchimento do lago, inclusive com a população à jusante - aquela que vivia à beira do rio abaixo da represa. O fato de não ter havido planos de mitigação ou proteção dos atingidos expressa a concepção de desenvolvimento que estruturou o conjunto da obra, assinala o agrônomo.

Segundo o ex-advogado da CPT, que recebeu à época a incumbência de acompanhar 4.500 famílias expropriadas, a ELN usava uma estratégia de coação e desinformação para que os atingidos aceitassem as baixas indenizações. Em média, o valor da indenização por família foi de US\$ 100 dólares americanos. A situação era difícil, uma vez que havia processos que se deram entre os anos de 1975 e 1978, e a ação jurídica das reparações só aconteceu em 1982, além de serem tratados, pela empresa, caso a caso. Não seria possível rever essa quantidade de processos com a emergência do enchimento do lago, que ocorreria entre 1984 e 1985.

A única saída possível, para aquele contexto, foi às mobilizações e acampamentos feitos pelo movimento para levar a ELN a criar uma política de “reparação” dos danos causados. Duas situações, para muitos, se superpunham: a ELN não indenizava ou pagava baixas indenizações e o INCRA não entregava o título definitivo de posse aos reassentados. Conseqüentemente, “os atingidos não tinham como construir outra moradia e quando o conseguiam, não eram reconhecidos formalmente como donos do lote” (Ex-técnico da CPT, advogado, Brasília-DF, 08/2017).

De acordo com as entrevistas realizadas, desde o início, as mobilizações eram animadas por cantos, palavras de ordem e faixas com reivindicações e denúncias. Dona Helena entoou os versos da canção cantada em reuniões, assembleias e acampamentos. Ela ainda evoca seus versos quarenta anos depois daquela sofrida experiência: “já chega de tanto sofrer, já chega de tanto esperar, a luta vai ser tão difícil, na lei ou na marra nós vamos ganhar”. A peça de literatura de cordel, escrita por ela, denominada de “Expropriados: a história de um povo sofrido”, registra a percepção de que

O povo de Itupiranga
Breu Branco e Repartimento
Por causa dessa barragem
Começou o sofrimento
Aí todos se uniram
Pra fazer acampamento

Os pobres estão pensando
Na triste situação
De ficar sem suas terras
E sem fazer plantação
Sofrendo da Eletronorte
A maior Humilhação

(Maria Helena Oliveira, expropriada, Novo Repartimento, Pará, 07/2018).



Imagens 1 e 2. Ocupação do prédio do SPI/ELN (1982). Fonte: Arquivo pessoal de Aida Maria da Silva.

As passeatas em direção à sede do Setor de Patrimônio Imobiliário da Eletronorte (SPI), conforme as Imagens 1 e 2 abaixo, tanto demonstravam descontentamento, como organização e empenho em esclarecer os moradores da cidade de Tucuruí acerca dos objetivos de sua luta. Os acampamentos eram organizados de modo a ter um local para cozinha e armação das redes onde ficariam alojados os atingidos. Comissões eram formadas para tratar de questões como alimentação, água, recepção, animação e negociação.

Apesar dos acordos e documentos assinados, a Eletronorte não cumpria o estabelecido, não encaminhava os acordos e não mudava a sua forma de tratar os expropriados. Assim as ocupações dos espaços da empresa se transformaram no principal instrumento pressão do movimento. A cronologia dos fatos indicam que o primeiro acampamento foi de três dias (de 8 a 11/09/1982), com 400 pessoas que ocuparam o escritório da SPI; o segundo de 28 dias, com 2 mil colonos (abril de 1983) na sede do SPI; e, por fim, o terceiro, em setembro de 1984, quando a ELN ameaçava fechar as comportas da barragem e o movimento ocupava o terminal rodoviário de Novo Repartimento. As pautas se referiam à revisão das indenizações, infraestrutura dos lotes, desapropriação de fazendas para reassentamento das famílias e construção de casas para os expropriados (Ex-integrante da Comissão dos Atingidos, expropriado, Novo Repartimento-PA, 07/2018).

Mesmo com a intensificação dos conflitos, em matéria em jornal, datado de 16/09/1982, o chefe do departamento de relações públicas da presidência da Eletronorte tornava público o posicionamento da empresa acerca das denúncias do Movimento dos Atingidos. Dentre as questões mencionadas ressaltava: a) que a empresa nunca proibiu os atingidos de plantarem as culturas temporárias (arroz, feijão, milho, hortaliças), apenas recomendou que fossem evitadas as culturas permanentes (café, cacau) que demandariam mais tempo e onerariam "inutilmente" o projeto; b) que não reconhece as indenizações como sendo "injustas", uma vez que age dentro do critério de "justiça" com base em avaliações realizadas por um perito; c) e, finaliza, afirmando que "a Eletronorte não é órgão de reforma agrária, não estando, portanto, obrigada a obedecer os mesmos critérios técnicos dos órgãos que atuam no setor" (Esclarecimentos..., 1982, p. 13).

Frequentemente as manifestações eram reprimidas fortemente pelas forças do Estado. Num dos acampamentos, articulou-se duas frentes de ação - a das negociações em Brasília com a ELN e a da assembleia geral sindical na cidade de Tucuruí - para discutir o documento e as propostas que a comissão de negociação havia levado. Durante o deslocamento dos integrantes do movimento de suas localidades em ônibus, carros e caminhões houve uma ação violenta da polícia com bombas de gás, metralhadoras e cassetetes. Mesmo assim, os manifestantes chegaram à cidade e ficaram em assembleia permanente (Ex-integrante da Comissão dos Atingidos, expropriado, Novo Repartimento, Pará, 04/2018).

As lutas dos atingidos por direitos foi intensa. Apesar disso, não foi suficiente para barrar o avanço do empreendimento e seu caráter predatório. Mas isso não foi impeditivo para as lutas que se unificariam à montante e à jusante da hidrelétrica a partir do enchimento do lago. Para fins de periodização da luta dos atingidos, podemos trabalhar a organização do movimento em três momentos. O primeiro se refere à luta localizada, manifesta por atos de publicização de abaixo-assinados, cartas e documentos-denúncia, que ocorreram entre 1979 e 1981. Analiticamente, para esse período, nos distanciamos da ideia de "luta espontânea" por entender que as mobilizações se deram pela "necessidade sentida" diante de situações de conflito e que a luta localizada corresponde a um estágio de organização e mobilização política dos atingidos que, posteriormente, vai contribuir na articulação mais ampla das formas de resistência. O segundo, a partir de 1982, com a entrada da Igreja Católica e a criação do Movimento dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí. Por fim, o terceiro, com a participação dos movimentos sociais depois do enchimento do lago, de fechamento das comportas e início do funcionamento das turbinas, quando os primeiros impactos começaram a aparecer nas localidades situadas à jusante da represa (1984-1985). Apesar de presentes no segundo acampamento em solidariedade aos expropriados da montante, só no III Acampamento, eles se apresentaram com demandas e pautas específicas - aquilo que foi denominado por eles de "pauta de cima" e "pauta de baixo". Nesse momento, a luta já estava unificada, com a presença dos movimentos da montante e jusante nos enfrentamentos com a Eletronorte.

4. Os lugares da memória e a memória fragmentária

Como analisamos até esse momento, a construção da usina hidrelétrica significou uma transformação profunda na vida cotidiana dos atingidos. Os modos de vida, como apontou Cândido (1971), estão relacionados aos hábitos, condutas, técnicas e instituições de uma sociedade adquiridos por herança cultural, sejam eles desenvolvidos localmente ou modificados ao longo do tempo pela presença de grupos externos. No caso da região que aqui tratamos, as referências são ao caçar, plantar e pescar, às técnicas usadas, às preferências alimentares, às formas das moradias e sua construção, ao vestir e às relações de sociabilidade. Nos lugares onde viviam os atingidos, antes da construção da hidrelétrica, parte da vida social pressupunha a satisfação de necessidades humanas em bases não mercantis.

Com efeito, acima tratamos da luta dos atingidos assentado no que chamamos de uma "memória de processo", aquela construída a partir de sujeitos que enunciam uma narrativa mais geral sobre o conjunto da experiência, como a evocada pelos membros da Comissão dos Atingidos e seus assessores, que permitiram entender o quadro mais complexo e duradouro da luta.

A “memória fragmentária”, por sua vez, seria aquela através da qual os atingidos relatam situações e eventos pontuais dos quais participaram. Seus depoimentos permitem registrar os detalhes do dia-dia, o “tempo miúdo da vida cotidiana” (Martins, 2008, p. 10) e os “lugares da memória”, a base material no qual se realizou a experiência (Pollak, 1992, p. 2).

Na narrativa dos atingidos o rio é mencionado como o lugar do banho e da brincadeira das crianças, do encontro, da conversa entre vizinhos e da lavagem de roupa. Era também o lugar da abundância e diversidade do pescado - curimatã, tucunaré, cará, acari, cuiupeté, branquinha, piranha, jaraqui, pacu manteiga, pacu branco, acari, filhote, surubim, maudubé, lírio, filhote, dourada, piraíba, jaú, pirarara, cachorra e jacaré.

Nessas lembranças, o rio Tocantins era tido como “mãe”, por assegurar a sobrevivência da população local. Fala-se de fartura dos peixes, tracajás e tartarugas. A fertilidade da terra, propiciada pelos ciclos de enchentes e vazantes, abastecia também pescadores e ribeirinhos com uma diversidade de peixes - pacu, corvina e o pirarucu. O rio lavava e fertilizada as terras.

Quando secava os “Varzanteiros” plantavam de tudo, uma fartura inigualável. Subiam para Marabá para vender a melancia [...], o feijão, o milho, o arroz, a macaxeira. (...) ao encher o lago o peixe subia pra preamar, enchia os lagos pra desova. (...) cansei de pegar pirarucu no arpão com meu tio. (...) no igarapé Ipixuna [também] tinha a extração de diamantes (Ex-varzanteiro, comerciante, Belém, Pará, 04/2018).

Isso se deve à importância que tem os rios na localização das cidades na Amazônia, na circulação de pessoas e mercadorias, nas atividades de lazer e satisfação das necessidades alimentares, nas relações socioeconômica e socioculturais que remetem à espacialidade e territorialidade, assim como aos tempos da natureza que, por sua vez, articulam-se a vivências (Trindade Jr, 2010; Trindade Jr *et al.*, 2008).

Nas matas, buscava-se copaíba, andiroba e plantas medicinais; nos lotes, havia cupuaçu, açaí, bacaba, cacau, goiaba, limão, laranja, tangerina, caju, manga, jaca, muruci, pupunha, najá, tucumã, banana, taperebá, bacuri e jatobá. Nas roças, os atingidos, produziam mandioca, arroz, milho, melancia, abóbora e quiabo. “Era um tempo de fartura e vida tranquila”, ressalta o varzanteiro. A caça compreendia veados, pacas, tatus, cotias, porção do mato, anta, catitu, preguiça e guariba.

Os lugares da memória incluíram também os objetos construídos, sejam eles, privados ou públicos, individuais



Imagens 3 e 4. Antiga localidade de Breu Branco na década de 1970. Fonte: Arquivo da empresa Engevix.

ou coletivos, revelando relações de vizinhança, trabalho e sociabilidade. Nas narrativas apareceram, entre outras referências, 1) o comércio do Raimundo Jaime Coelho de Oliveira, antigo enfermeiro da Estrada de Ferro do Tocantins (EFT); 2) o posto de saúde; 3) a igreja de São Sebastião; 4) os fundos do prédio da EFT; 5) o poço de uso coletivo que abastecia os moradores; 6) a casa do comerciante Manuel Batista, que vendia secos e molhados.

A fila no poço era grande, já que todos os moradores se serviam dele. Por vezes, os mais jovens acordavam às 5 horas da manhã para garantir o abastecimento de água da casa e de alguns moradores que pagavam pelo serviço (Expropriada, agricultora, Breu Branco, Pará, 04/2018).

Ao longo da pesquisa, foram apresentadas fotos de localidades que desapareceram sob as águas da barragem como estímulo à memória dos entrevistados. Como afirma Martins (2008) "a fotografia tece uma história" como um fragmento da memória social. Dessa forma, não congela o tempo nem apresenta uma encenação visual. Por meio dela, podemos perceber a rede de relações na qual está inserida, pois nos fornece o cotidiano e os objetos materiais e sociais do contexto datado historicamente. Conforme Chauí, "o tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar" (1979, p. 30).

No Repartimento "Velho", como era chamado pela primeira professora da localidade, as lembranças remetem à sua chegada na região por conta da construção da rodovia Transamazônica. Seu marido era empregado da empresa Mendes Júnior, responsável pela obra. Relata a professora que ali não havia escola e as crianças não sabiam ler nem escrever. Ela assumiu para si a tarefa de alfabetizar crianças e jovens vindos de várias localidades para iniciar o aprendizado das letras. Nas atividades pedagógicas constavam, também, o ensaio do hino nacional, as atividades esportivas e o desfile no dia 7 de setembro - "Dia da Pátria". Ao longo dos anos, os moradores foram se envolvendo com a escola e com as atividades relativas às datas consideradas importantes do calendário oficial nacional. Com suas antigas fotografias, nos apresentou o desfile escolar na localidade e a concentração em frente à escola municipal de Repartimento. Situações que, até então, não faziam parte do repertório da vida do lugar (Expropriada, professora, Novo Repartimento, Pará, 07/2018).

Durante as entrevistas, frente às lembranças do período, das lutas por seus direitos mediante a implantação da hidrelétrica, via-se nos olhos dos atingidos a lágrima correr, assim como a palavra faltar e a voz estremecer. O trecho do relato indica essa situação:

Lá a gente vivia bem [Breu Velho], a gente comia carne de caça, peixe, bastante açaí, tudo. A gente ia pegar no mato mesmo sem pagar nada. Hoje tudo que a gente quer, tem que comprar. Lá, a gente plantava roça, fazia um monte de melancia no pé da parede na sala da casa da gente, a gente comia e dava pros outros e hoje se você quiser, você tem que comprar tudo. (...) podia dormir até na rua, embaixo da árvore que não tinha praga de nada. Tudo era bom lá (Agricultora II, expropriada, Breu Branco, Pará, 04/2018).

Tais falas exprimem o que (Magalhães, 2007, p. 221) definiu como dor e sofrimento social - "um rosário de perdas (...) uma forma de ritualizar a dor que não tem espaço na arena pública". As situações apresentadas remetem ao tempo em que se era "dono da terra", se plantava, colhia e pescava. O dinheiro pouco circulava, mas se tinha o bastante para abastecer a família que, em grande parte, não dependia da relação monetarizada da vida na cidade. Os vizinhos se conheciam pelo nome, conviviam, participavam de atividades coletivas e até compartilhavam o excedente familiar. Por outro lado, expressam as promessas não cumpridas pela Eletronorte durante o processo de realocação das famílias atingidas, já que existia uma distância entre a cidade planejada-prometida com bens e serviços e a precariedade do espaço recebido pelos novos moradores, em situações que se verificaram tanto em Breu Branco, como em Novo Repartimento, lugares visitados durante a pesquisa.

Analisando as experiências de remanejamento e realocação de populações atingidas por hidrelétricas no Brasil e Argentina, Catullo e Coun (2002) observam que o sentimento da população impactada é de ansiedade,

angústia, decepção, medo, insegurança e descontentamento, diante de um futuro que não escolheram e de decisões das quais não participaram. Para os casos estudados em Salto Grande (Argentina-Uruguai) e Yacyretá (Argentina), nem todas as casas estavam construídas. Aquelas finalizadas estavam localizadas em ruas sem luz, calçamento e telefone. Havia situações de realocados em casas sem portas nem janelas ou em casas de dois pavimentos sem escadas. Com a desarticulação das relações preexistentes pairava entre os novos vizinhos um sentimento de desconfiança sobre aqueles desconhecidos que agora habitavam o mesmo espaço. Assim, o deslocamento compulsório desarticulou a vida cotidiana das famílias; os locais de encontro (a rua, o bar, o clube, a praça, a Igreja, o hospital); do trabalho e das trocas comerciais e de serviços construídos ao longo de muito tempo. Destruíram a cidade "antiga" sem que a "nova" estivesse construída ou apta para abrigar os realocados.

Como registrou (Sigaud, 1986, p. 59), para o caso das barragens de Sobradinho e Machadinho, as relações de vizinhanças e as regras de sociabilidade foram construídas por um longo do tempo de convivência, pelo estabelecimento de laços de solidariedade e de conhecimento mútuo, que o desalojamento desagrega e o reassentamento desconsidera, como "o nome do povoado, o santo patrono, as festas religiosas (...), a venda que frequentavam, os pastos e as fontes d'água utilizadas por todos, as organizações locais, as casas de farinha". No caso da hidrelétrica de Tucuruí, toda a experiência de vida pretérita do lugar foi desconstruída quando o expropriado foi obrigado a assinar o "termo de desistência" imposto pela Eletronorte:

Declara junto à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE, de sua livre e espontânea vontade que desiste dos benefícios de relocação de área, tendo em vista a localização e disponibilidade do lote ofertado, optando por receber ajuda financeira de locação para outra gleba ou localidade fora dos limites declarados de utilidade pública pelo decreto nº 78.659 de 01/11/1976.

No referido documento, constavam ainda, aspectos referentes ao tempo máximo em que o atingido, depois de indenizado, deveria deixar o local (30 dias); que o lote indenizado passava a fazer parte do patrimônio da Eletronorte, inclusive, autorizando a empresa a fazer a remoção dos bens existentes e abrindo mão de qualquer indenização futura.

Quando ouvimos em depoimento que foi no dia 19 de fevereiro de 1979 "que os problemas da barragem chegaram em minha casa" percebe-se que, para os atingidos, era o começo do fim (Expropriado, farmacêutico, Novo Repartimento, Pará, 04/2018). Proibições, lutas e resistências, violência do Estado, remoção, descontentamento e a busca por um recomeço estavam ali presentes. Para esses grupos, esta experiência representou o encontro com a fronteira, com os "confins do humano" - o lugar da destruição, da revolta e do protesto, do sonho e da esperança (Martins, 2009).

5. Considerações finais

Existem muitas formas de contar uma história acerca das experiências da vida social. Na maioria das vezes, prevalece a versão contada pelo poder dominante, que tende a omitir conflitos, violência, resistências e antagonismos à narrativa oficial. Anderson (2008), em "comunidades imaginadas", analisa a formação da Nação e destaca o papel dos "Museus" durante a colonização. Por seu intermédio, criam-se heróis, relatórios tecnicamente sofisticados e livros, e neles são guardadas as relíquias e pedaços dos lugares conquistados para demonstrar materialmente, no presente e para o futuro, os feitos do colonizador em várias partes do mundo. No caso da construção da hidrelétrica de Tucuruí, na Amazônia brasileira, observamos processo similar assentado na narrativa dominante, respeitando, é claro, os contextos específicos das situações.

À Eletronorte coube o papel de coordenar o processo de implantação da hidrelétrica, registrar e divulgar os feitos do governo militar ao país. Passados quase 40 anos da implantação do empreendimento, pudemos contar a partir de um trabalho sobre a memória e, do ponto de vista dos expropriados, aquilo que foi silenciado pela narrativa oficial ou guardado como "indizível" (Queiroz, 1988) até que pudesse ser acessado pela pesquisa e nos somar a um conjunto de estudos precedentes, ao analisar o que estava registrado nos

boletins, documentos e carta-denúncias, ou o que foi compartilhado por sujeitos atingidos por meio de entrevistas durante o trabalho de campo e encontrado no registro fotográfico do período estudado.

Optamos, assim, por romper com a "hierarquia de credibilidade", como propõe (Becker, 1977, p. 29) e nos afastar das formulações que valorizam a percepção dos setores hegemônicos da sociedade como a única narrativa válida para explicar um dado fenômeno social, por entender sociologicamente, que todos devem ter direito à voz.

A organização do movimento dos "atingidos", a construção de pautas coletivas, a realização de três acampamentos exigindo "reparações" em mesas de negociações na região e em Brasília demonstram o repertório de luta diante do empreendimento, conforme colhemos por meio da "memória de velhos" (Bosi, 1979, p. 2), e afirmam que não houve resiliência, mas resistência diante da ação arbitrária do Estado. A instalação da hidrelétrica desarranjou os modos de vida preexistentes não associados à lógica mercantil da terra e da natureza, para que uma nova modalidade produtiva e predatória do uso dos recursos naturais prevalecesse.

Sob essa perspectiva, os conflitos ganharam intensidade para o enfrentamento mais sistemático e duradouro da "grande transformação". Aquela que impôs ao lugar o livre comércio e reduziu o humano ao econômico, o que tira a estabilidade, a morada, a segurança, a paisagem, "o pão de cada dia" e as estações do ano. Diante disso, não há quem pudesse salvá-los do "monstro" chamado "progresso" (Polanyi, 1980, p. 184).

NOTAS

¹ Este artigo decorre da participação do autor no âmbito do projeto de pesquisa "As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí - das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subseqüentes à redemocratização do país", coordenada pelo Prof. Dr. Henri Acselrad, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), durante estágio Pós-Doutoral (2018), e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Realizado nas cidades de Brasília (DF) e Belém (PA), em agosto de 2017, e em Belém, Tucuruí, Breu Branco e Novo Repartimento (PA), nos meses de abril e julho de 2018.

³ Valor atualizado, em janeiro de 2018, de R\$ 402,81 (quatrocentos e dois reais e oitenta e um centavos) segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>. Consultado em 18/01/2018.

⁴ Não se sabe ao certo o número de expropriados, é o que demonstra a "dança dos números". Estudos de Barrow e Mougeot (1982) calculavam entre 25 mil e 55 mil, o que se contrapunha aos dados da Eletronorte de 6 mil pessoas afetadas em 1981, já o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, no ano de 1985, trabalhava com o quantitativo de 4.300 famílias (Magalhães, 2007). Por sua vez, o advogado da CPT recebeu a incumbência da Prelazia de Cametá de acompanhar 4.500 processos, conforme nos relatou em entrevista

⁵ Segundo Pollak a memória pode ser apreendida por seus aspectos constitutivos: a experiência vivida diretamente, a memória herdada por meio da socialização, os personagens da memória e os lugares da memória.

⁶ Que convertidos em real, no dia 07/02/2018, equivale ao valor de R\$ 324,59 (trezentos e vinte e quatro reais, e cinquenta e nove centavos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acsegrad, H. (1991). Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônicas do deslocamento da população de Tucuruí. *Revista de Administração Pública*, 25(4), 53-68.
- Albrás (1985). O novo ciclo da Amazônia. *O Diário do Pará*, Belém, p. 5, 25 out..
- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arca. (1982). *Boletim Informativo dos moradores da área do reservatório de Tucuruí*, nº 1, Tucuruí, Pará, 08 set. Recuperado de [https://drive.google.com/file/d/10ZYKFKlzf4DXa-shF-D8a_UbB5-hmGym/view]. Consultado [07-04-2018].
- Bosi, E. (1979). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Becker, H. (1977). *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cândido, A. (1971). *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades.
- Carta à Eletronorte dos Lavradores da Transamazônica, Marabá, Pará. (1980, 09jan.). Recuperado de [https://drive.google.com/file/d/1yHipX3DhhpChJT7dsJALuzogJJ7_ks-7/view]. Consultado [09-07-2018].
- Castro, E. (1995). Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. In E. Moura & M. L. Maia (Ed.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço* (pp. 91-120). Belém: Edufpa.
- Chauí, M. (1979). Apresentação. Os trabalhos da Memória. In E. Bosi. *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (pp. XVII-XXXII). São Paulo: T. A. Queiroz.
- Denúncia e reivindicações da população dos Varzanteiros de Itupiranga, Tauri e moradores das localidades da Rainha e Mocajuba direita, atingidos pelo projeto da hidrelétrica de Tucuruí - Reservatório - Documento III. Comissão dos Atingidos pela Eletronorte (1982, 02 jun.). Itupiranga, Pará. Recuperado de [https://drive.google.com/file/d/1MGMAHSpe5UwOwjOyHOMWODS4620_V9A-/view]. Consultado [20-06-2018].
- Encontro de Lavradores, agentes e advogados da área do GETAT (1982, 10-12 de dez.). Tucuruí, Pará. Recuperado de [https://drive.google.com/file/d/1vXVybso3oosabWu10FMJNvQAepbRhxM/view]. Consultado [11-08-2018].
- Eslarecimentos da Eletronorte (1982, 16 set.). *A província do Pará*, Belém.
- Decreto nº 78.659 de 1º de novembro de 1976. (1976). Declarou de utilidade pública terras e benfeitorias nos municípios de Bagre, Itupiranga, Jacundá, Marabá, São Domingos do Capim e Tucuruí, no Estado do Pará, para que fosse implantado o canteiro de obras, unidades de serviços e a formação do lago da hidrelétrica.
- Decreto nº 63.952, de 31 de dezembro de 1968 (1968). Que cria no Ministério das Minas e Energia, o ENERAM e determina as suas atribuições. Dentre elas, o de realizar "estudos para o suprimento de energia elétrica nos principais polos de desenvolvimento daquela região".
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Hartog, F. (2014). *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Informativo Itupiranga (1979, 03 mai.), Itupiranga, Pará, nº 4. Recuperado de [https://drive.google.com/file/d/1r7_OjGbNM2Vin1Wii9_ZqdzPY1WQSCZ/view]. Consultado [13-07-2018].
- Joutard, P. (2007). Reconciliar história e memória. *Escritos: revista da casa de Rui Barbosa*, 1(1), 223-235.
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. São Paulo: Edunicamp.
- Magalhães, S. B. (2007). *Lamento e dor: uma análise sócio-anropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
- Martins, J. S. (2009). *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto.
- Martins, J. S. (2008). *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto.
- Oliveira, M. H. (2018). *Expropriados: a história de um povo sofrido*. Literatura de cordel, Novo Repartimento, Pará.
- Pereira, A. R. (2013). *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.
- Polanyi, K. (1980). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 1-15.
- Pollak, M. (1989). Memória, silêncio, esquecimento. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Queiroz, M. I. (1988). Relatos orais: do "indizível ao "dizível". Enciclopédia Aberta de Ciências sociais (Vol. 5, pp. 14-43). São Paulo: Vértice.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp.

Sigaud, L. (1986). Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. *Comunicação*, n. 9, programa de pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

Silva, I. S. (2010). *Fronteira cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

Silva, M. P. (2009). O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In G. C. Zachariades (Ed.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* (pp. 241-258). Salvador: Edufba. Recuperado de [<http://books.scielo.org/>]. Consultado [17-02-2018].

Trindade Jr, S. C. (2010). Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*, n° 30, 113-137.

Trindade Jr, S. C., Silva, M. A., & Amaral, M. D. (2008). Das "janelas" às "portas" para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In M. G. Tavares (Ed.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências* (pp. 27-47). Belém: Edufpa.

Velho, O. G. (1979). *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Difel.